



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI

Ata de Reunião ordinária Comitê de Investimentos

REUNIÃO N.º 11/2026
ASSUNTO: Avaliação de Portfólio, Gestão de Passivos (Estudo de ALM) e Governança do Ativo Estruturado CARE11
DATA 16 de junho de 2026
HORÁRIO 14 horas
LOCAL: CAPSIRATI
DOCUMENTOS ANALISADOS: Relatório de Mercado e Diagnóstico Macroeconômico (R3 Investimentos); Relatórios de Investimentos, Rentabilidade e Risco de Mercado (Lema Assessoria – Maio/2026); Notificações Técnicas, Ordem do Dia e Termo de Adesão para Assembleia Geral de Cotistas (AGC) do fundo CARE11; Parecer Técnico de Execução Orçamentária da Folha da Prefeitura e do CAPSIRATI.
PAUTA: 1. Análise do Cenário Macroeconômico e de Mercado; Apresentação da carteira de investimentos do CAPSIRATI do mês de maio DE 2026, desempenho, cenário econômico e os investimentos. Análise de liquidez e parecer da LEMA para movimentação de fundos e resgates destinados ao pagamento da folha previdenciária dos meses de junho e julho. Análise e Parecer sobre investimentos junto aos fundos do BB Perspectivas de investimentos com estudo da ALM e vencimento de NTNBS pares e pagamento de cupons e fundos vértice em agosto de 2026 Pareceres geral de acompanhamento da carteira do CAPSIRATI, de riscos e da folha de pagamento do mês de maio de 2026; Informes e trâmites de representação coletiva dos RPPS acerca do ativo Care
PARTICIPANTES DA REUNIÃO Rozenilda Romaniw Bárbara, José Fernando dos Anjos e Antonio Sidnei Martins.

Asset Caixa Econômica Federal: Gilmar Chapievski (São Paulo) e demais representantes da Caixa Econômica Federal

Consultoria Técnica (LEMA): Sra. Fernanda Fioreli (*participação via videoconferência*).

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Investimentos do CAPSIRATI com o objetivo de tratar da pauta iniciando pelo CENÁRIO MACROECONOMICO, sendo o mês que o mês de junho de 2026 consolidou um ambiente de incerteza e volatilidade global, impactado por persistentes tensões geopolíticas no Oriente Médio e revisões nas políticas monetárias das principais economias. Diante do encarecimento do barril de petróleo e de pressões climáticas nas commodities, as expectativas inflacionárias domésticas sofreram deterioração, com o IPCA de junho registrando alta de 0,16% e acumulando 4,64% em 12 meses. Como reflexo, as projeções do Relatório Focus para o fechamento de 2026 foram elevadas para o patamar de 5,11% a 5,33%, distanciando-se da meta do Banco Central. O Copom adotou e manteve a taxa Selic em patamar, entre 14,00% e 14,50% ao ano, sinalizando o adiamento de novos cortes. No cenário cambial, o dólar operou pressionado sob a sinalização de juros altos por mais tempo nos Estados Unidos, oscilando entre R\$ 5,20 e R\$ 5,30. Por fim, a atividade econômica doméstica passou a dar sinais de perda de tração devido ao crédito restritivo e ao endividamento das famílias, estabilizando as projeções de crescimento do PIB para o ano em torno de 1,9% a 2,0%.

Da Análise do Cenário Macroeconômico e Correlação Estratégica: A consultora Fernanda Fioreli percorreu sobre o panorama econômico global e doméstico, fundamentando as decisões de alocação do CAPSIRATI. No âmbito internacional, destacou-se o cenário de juros nos Estados Unidos (*Fed Funds*), onde o comitê do *Federal Reserve* (Fed) sinalizou uma postura de "juros altos por mais tempo" (*higher for longer*), postergando o início do ciclo de corte de juros diante de uma inflação ainda resiliente e atividade econômica aquecida. No cenário doméstico, apontou-se a desaceleração do processo de desinflação no Brasil e a elevação das projeções do Relatório Focus (Banco Central) para o IPCA e para a taxa Selic terminal, o que gerou maior volatilidade e abertura nas curvas de juros futuras (juros longos mais altos).

Em correlação com a estratégia de investimentos do CAPSIRATI, a consultora justificou que o cenário exige cautela e embasa a manutenção de um perfil predominantemente conservador e defensivo na carteira do CAPSIRATI. Detalhou-se que a alocação maciça em Renda Fixa, com destaque para fundos indexados ao CDI, títulos públicos federais de curto prazo e ativos atrelados ao IRF-M 1, visa capturar as taxas nominais elevadas correntes com baixa volatilidade e liquidez imediata (D+0), blindando o patrimônio contra as oscilações bruscas do mercado de juros longos. Por fim, ratificou-se que a estratégia atual do CAPSIRATI está aderente a esse contexto macroeconômico de incerteza fiscal e monetária, garantindo a segurança necessária para o cumprimento das metas do RPPS.

REGISTRO DAS DELIBERAÇÕES E APRESENTAÇÕES TÉCNICAS.

Apresentação da Carteira de Investimentos do CAPSIRATI do período: A palavra foi concedida à consultora Fernanda Fioreli, da LEMA CAPS, que discorreu detalhadamente sobre o desempenho e os resultados da carteira de investimentos do CAPSIRATI referente ao mês de maio de 2026. A consultora destacou que o patrimônio líquido consolidado encerrou o período em R\$ 165.734.262,09. Em relação à rentabilidade, a carteira registrou um retorno de 1,00% no mês, acumulando 5,67% no ano. A meta atuarial estabelecida para o mês foi de 1,08% (com acumulado anual de 5,64%), resultando em um pequeno gap mensal de -0,09 p.p., mas mantendo o acumulado do ano positivo em 0,03 p.p. acima da meta. Em valores absolutos, o retorno financeiro gerado pelas aplicações em maio foi de R\$ 1.544.871,58. Na sequência, a consultora expôs a distribuição de ativos por classe, evidenciando uma alocação conservadora e focada em segurança, com 99,06% dos recursos alocados em Renda Fixa (totalizando R\$ 163.237.402,87), 0,78% em Renda Variável (R\$ 1.278.919,88) e 0,16% em Fundos Imobiliários (R\$ 264.796,69). Quanto aos enquadramentos regulatórios da Resolução CMN 5.272/2025, foi ratificado que 100% da carteira encontra-se integralmente enquadrada dentro dos limites legais, concentrando a maior participação no artigo 7º, inciso III (Títulos Públicos Federais), com 38,75% da carteira (R\$ 63.851.400,67). A consultora concluiu a apresentação demonstrando que o indicador de risco Value at Risk (VaR) da carteira fechou em 0,18%, refletindo o perfil controlado das alocações.

Adicionalmente, expandindo o controle institucional conforme as diretrizes do Pró-Gestão, o Comitê realizou a análise técnica do Demonstrativo do Balanço Orçamentário oficial do encerramento do período de janeiro a maio de 2026. Registrou-se em ata que as receitas acumuladas no período atingiram o montante de R\$ 20.717.323,28. Pelo lado das despesas, as despesas fixaram-se em R\$ 15.429.484,63, consolidando um Superávit Orçamentário acumulado de R\$ 5.287.838,65 no encerramento de maio. Constatou-se que os dados contábeis oficiais são de solvência e a regularidade fiscal do fundo previdenciário.

Análise Técnica de Potenciais Aplicações em Fundos do Banco do Brasil:

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se à análise técnica enviada pela consultoria LEMA Economia & Finanças, datada de 12 de junho de 2026, referente à viabilidade de investimentos em dois fundos sugeridos pelo Banco do Brasil, atendendo à solicitação da gestão do CAPSIRATI. A análise tomou como base os critérios de elegibilidade da Resolução CMN nº 5.272/2025, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o cenário macroeconômico corrente.

Após a avaliação da natureza dos ativos, estrutura operacional e limites de concentração do RPPS, deliberou-se sobre os seguintes pontos do relatório:

BB Alocação Ativa Retorno Total FIC RF Previd (CNPJ: 35.292.588/0001-89):

Foi constatado que o fundo cumpre os requisitos regulatórios e encontra-se apto para receber aportes do CAPSIRATI, desde que observados os limites da referida Resolução, as diretrizes da Política de Investimentos vigente, os limites por fundo e instituição financeira, bem como o perfil de *suitability* do Regime Próprio.

BB Previd RF TP Vértice 2035 FI (CNPJ: 49.963.829/0001-89):

Quanto a este ativo, acolhendo a recomendação prudencial da consultoria LEMA, e as discussões anteriores da comissão definiu-se que o comitê aguardará a conclusão de elaboração do estudo de *Asset Liability Management* (ALM) de 2026 antes de realizar qualquer alocação. Justificou-se que tal estudo será fundamental para avaliar o exato alinhamento entre os ativos e o passivo atuarial do plano, especialmente no tocante à *duration*, fluxo de caixa projetado e compatibilidade dos prazos do fundo de vértice com as obrigações previdenciárias futuras do CAPSIRATI.



Da Análise de Parecer para Resgates (Folhas de Pagamento) e Novas Aplicações – junho de 2026: Na sequência, foi apresentada ao comitê a recomendação de movimentações financeiras enviada pela consultoria LEMA Economia & Finanças, datada de 3 de junho de 2026, com o objetivo de planejar o fluxo de caixa para os próximos meses.

Após a leitura e análise dos termos do parecer, da observância da resolução 5272/2025, a política de investimentos, o perfil moderado do CAPSIRATI, sem certificação do pró gestão, deliberou-se pelos integrantes da comissão e aprovou-se o seguinte direcionamento: d

1. Resgate para Cobertura de Despesas de Pessoal: Visando garantir o cumprimento das obrigações previdenciárias e administrativas do Instituto, foi autorizada a realização de resgates no montante consolidado de R\$ 7.556.000,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais). Este valor destina-se especificamente ao provisionamento e pagamento da folha salarial de junho (30/06), da primeira parcela do décimo terceiro salário (10/07) e da folha salarial de julho (31/07).
2. Acolhendo o critério técnico de liquidez da consultoria, determinou-se que a operação seja efetuada a partir do fundo CAIXA BRASIL MATRIZ RF (CNPJ: 23.215.008/0001-70), tendo em vista o seu perfil de conversão imediata (liquidez D+0), assegurando a disponibilidade tempestiva dos recursos.
3. Da Alocação de Novos Recursos (Aportes/Ingressos): Adicionalmente, deliberou-se sobre a destinação do montante estimado de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), com previsão de ingresso em conta entre os dias 10/06 e 10/07. Ficou definido que tais recursos serão integralmente alocados no fundo BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID (CNPJ: 11.328.882/0001-35). Justificou-se a escolha por tratar-se de um ativo de perfil conservador, com liquidez D+0, devidamente enquadrado no artigo 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025 e em perfeita aderência à Política de Investimentos vigente. Destacou-se, ainda, que a indexação ao IRF-M 1 mostra-se taticamente adequada ao cenário macroeconômico de juros elevados e potencial flexibilização monetária, mitigando riscos de mercado.
4. A respeito das Perspectivas de Investimentos, Estudo de ALM e Vencimento de NTN-Bs: Dando continuidade, a Comissão realizou uma avaliação prospectiva da carteira de investimentos do CAPSIRATI com foco nos fluxos de caixa

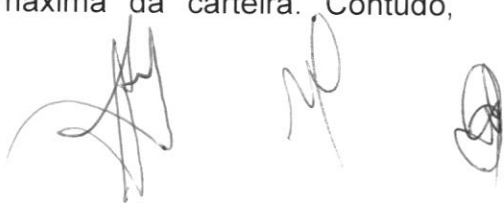
programados para o mês de agosto de 2026. Foi sinalizado pela comissão, o relevante ingresso de recursos decorrente do vencimento de títulos públicos federais do tipo NTN-B (Vértice 2026), somado ao recebimento dos cupons semestrais das demais NTN-Bs pares integrantes do patrimônio.

5. Diante do volume substancial de liquidez previsto para agosto, a Comissão referendou que a consultoria LEMA Economia & Finanças, assim que finalizar a elaboração do estudo de *Asset Liability Management* (ALM) de 2026, considere cenários específicos para este período. O objetivo será avaliar e recomendar o direcionamento estratégico desses recursos dentro do universo de ativos elegíveis para o Regime Próprio. Reforçou-se a necessidade de que todas as propostas observem rigorosamente os limites de alocação, concentração e enquadramento estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, garantindo a perfeita aderência técnica e jurídica antes da execução das novas aplicações.

Da Análise dos Pareceres Técnicos de Acompanhamento da Carteira, de Risco de Mercado e da Folha de Pagamentos (Maio de 2026): Dando sequência à pauta, os membros do comitê procederam à leitura, discussão e avaliação conjunta dos três pareceres emitidos referentes ao mês de maio de 2026, conforme detalhado a seguir: **Parecer Técnico do Relatório Mensal de Investimentos:**

Foi apresentado o parecer que atesta a governança e a estabilidade da carteira de investimentos. Destacou-se que, mesmo diante da acentuada volatilidade do mercado doméstico e da retração expressiva no segmento de Renda Variável (com ênfase na queda de -7,39% do fundo Finacap), a estratégia tática do CAPSIRATI cumpriu seu papel de blindagem fiduciária, garantindo o retorno global de 1,00% e mantendo a rentabilidade acumulada do ano acima da meta atuarial. Adicionalmente, foi reportada a atuação coordenada da gestão para exigir a convocação da Assembleia Geral de Cotistas (AGC) no fundo imobiliário FII CARE11, reforçando o compromisso com os direitos fiduciários do CAPSIRATI.

Do Parecer Técnico de Risco de Mercado (Nº 005/2026): Na análise de riscos, observou-se que o risco global mensurado pelo *Value at Risk* (VaR) Mensal manteve-se estabilizado em 0,85% (e 2,93% no acumulado de 12 meses), demonstrando controle da perda potencial máxima da carteira. Contudo,



registrou-se um sutil aumento na volatilidade mensal, que subiu para 0,90% (ante os 0,10% de abril), o que acabou pressionando o Índice Sharpe Mensal para o patamar negativo de -1,30 e gerou uma quebra marginal na sequência de *drawdown* zerado (fixando-se em 0,03%). Também foi identificada uma fração marginal desatrelada das conformidades padrão de alocação (0,16% em ativos desenquadrados).

Do Parecer Técnico Mensal da Folha de Pagamentos e Monitoramento do

Fluxo de Caixa: Por fim, foi avaliado o relatório da folha de benefícios, que demonstrou estabilidade e regularidade na despesa consolidada. O valor bruto processado no mês de maio fixou-se em R\$ 3.006.393,51 (três milhões, seis mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e um centavos), representando uma variação nominal negativa de -0,43% (-R\$ 12.897,64) em relação ao mês anterior. No período, foram processados benefícios para um total de 674 servidores (aposentados e pensionistas), o que configurou uma entrada líquida de 03 novos beneficiários face ao mês de abril. O valor líquido total pago foi de R\$ 2.318.775,74, registrando-se as retenções oficiais de R\$ 146.501,24 para a Receita do CAPS e R\$ 151.469,66 de IRRF.

Dando cumprimento às normas de governança e análise de liquidez do Pró-Gestão, o Comitê cruzou os dados da despesa com o relatório gerencial do Fluxo de Caixa executado no mês de maio de 2026. Apurou-se que as receitas do mês somaram R\$ 3.308.926,81, compostas por R\$ 1.584.318,52 de contribuições de servidores ativos, R\$ 1.412.263,19 de contribuição patronal ordinária, R\$ 138.364,75 de segurados inativos, R\$ 8.136,49 de pensionistas, R\$ 17.162,75 originárias de sentenças judiciais, R\$ 100.418,50 de parcelamentos patronais e R\$ 48.262,61 de Receitas de Compensação Previdenciária (COMPREV). Em contrapartida, as despesas do mês somaram R\$ 3.016.638,54, absorvidas pelo pagamento de R\$ 2.639.442,26 em aposentadorias, R\$ 366.951,25 em pensões e R\$ 10.245,03 em despesas de COMPREV. A dinâmica financeira mensal resultou em um resultado superavitário líquido de R\$ 292.288,27 no caixa de maio, demonstrando que o ingresso de receitas correntes foi autossuficiente para cobrir o pagamento da folha.

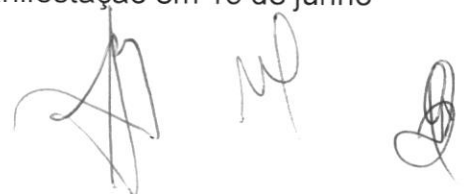
O Comitê ressaltou que, embora o fluxo mensal de maio tenha sido superavitário, as projeções atuariais e as folhas extraordinárias futuras demandam cautela. Por essa razão, diante da ausência temporária do Estudo de ALM formalizado para



o exercício, a comissão reiterou o acerto técnico em manter o provisionamento e o planejamento de resgate de R\$ 7.556.000,00 junto ao fundo Caixa Brasil Matriz (liquidez D+0), blindando a autarquia contra riscos de descasamento financeiro no curto prazo e garantindo o pagamento tempestivo das folhas de junho, julho e do adiantamento do 13º salário.

Com relação a Alocação Estrutural e Governança do Ativo Care 11 (FII), a Sra. Rozenilda Romaniw Bárbara apresentou ao comitê um relatório detalhado acerca da mobilização nacional e dos trâmites institucionais recentes envolvendo o fundo imobiliário Brazilian Graveyard And Death Care Services FII – CARE11 (CNPJ nº 13.584.584/0001-31), no qual participou de uma reunião de alinhamento liderada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cascavel (IPMC). Informou que dessa articulação coordenada, formatou-se um documento formal em uma Ordem do Dia com itens específicos, o qual fundamenta e requer formalmente a convocação de uma Assembleia Geral de Cotistas (AGC). O pleito foca em medidas estruturais de proteção patrimonial, mitigação de conflitos de interesses, reforço de transparência e na proposta de liquidação ordenada do fundo com prazo determinado. Informou ainda que os documentos foram encaminhados para Análise Técnica da LEMA: Em parecer emitido, a LEMA recomendou a adesão ao termo de convocação proposto pelo IPMC. A consultoria destacou que as matérias estão em perfeito alinhamento com o dever de direito e diligência regulamentar exigido dos investidores institucionais, conforme as diretrizes da Resolução CVM nº 175/2022, da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Portaria MTP nº 1.467/2022. Informou ainda que submeteu o parecer e a documentação para avaliação Jurídica e Adesão do CAPSIRATI que analisou e validou o teor da solicitação de convocação. Com o respaldo legal, a autarquia formalizou o seu Termo de Adesão vinculando as suas 79.999 cotas ao requerimento. Informou ainda que o documento foi assinado e encaminhado ao RPPS de Cascavel para consolidação do quórum. Protocolo e Envio à Administradora: Por fim, foi informado que, no dia 21 de maio de 2026, o IPMC (Cascavel) comunicou formalmente o envio e protocolo de toda a documentação perante a instituição administradora do fundo (Mérito), informando que o requerimento unificou a representação de dezenas de regimes próprios de previdência, totalizando um quórum expressivo de 32,93% do total de cotas emitidas pelo fundo, superando

com larga margem o mínimo regulamentar exigido de 5% para a abertura da assembleia. Ainda informação que sobre os desdobramentos, a Sra. Rozenilda Romaniw Bárbara atualizou os membros do comitê sobre as mais recentes informações recebidas do IPMC (Cascavel/PR) de que a administradora do fundo, Mérito DTVM, emitiu uma contraproposta de Ordem do Dia e apresentou questionamentos formais acerca do pedido de convocação da Assembleia Geral de Cotistas (AGC). Diante disso, o IPMC, atuando como coordenador da mobilização dos RPPS, elaborou e protocolou o Ofício nº 134/2026/IPMC, datado de 15 de junho de 2026, contendo uma resposta técnica e jurídica detalhada às ponderações da administradora. A Sra. Rozenilda destacou os seguintes pontos fundamentais dessa atualização: Validade Unificada da Resposta: O Ofício-Resposta foi devidamente respaldado por parecer jurídico e estruturado de forma coletiva. Portanto, não haverá necessidade de cada RPPS emitir um ofício individualizado, valendo a manifestação técnica e jurídica de Cascavel como representação de todo o bloco de investidores institucionais aderentes, estratégia já aceita pela Mérito DTVM; Defesa das Pautas de Governança e Liquidação: No documento, os RPPS ratificaram a exigência de que a AGC delibere formalmente sobre o plano de liquidação ordenada do fundo e reforçaram os critérios para impedir o voto de cotistas que possuam potencial conflito de interesses com as empresas investidas. Adicionalmente, ajustou-se tecnicamente a proposta para a criação de uma comissão de representação de cotistas (composta por até 5 membros) de caráter estritamente fiscalizatório e consultivo, visando acompanhar a situação operacional e financeira do ativo sem interferir na gestão direta; Ponderação e Suporte Técnico da LEMA: Ao ser questionada pelo comitê sobre as recomendações da assessoria técnica para o momento, a consultora Fernanda Fioreli ponderou que o CAPSIRATI deve aguardar os ritos formais da convocação. Informou, ainda, que a LEMA possui uma estrutura jurídica dedicada ao tratamento de fundos estressados. Embora este serviço específico de assessoria jurídica seja tarifado à parte e não integre a cesta de contratações regular do CAPSIRATI, a consultora garantiu que a LEMA continuará acompanhando de perto o caso e colaborando ativamente com a pauta institucional junto ao CAPSIRATI em busca das melhores soluções para o desfecho do CARE 11. Informou ainda que houve o envio das complementações tempestivas dentro do prazo de manifestação em 15 de junho



de 2026, o comitê do CAPSIRATI registra que foram superadas as etapas de alinhamento de pauta. Espera-se, portanto, que a administradora proceda com a publicação imediata do edital de convocação definitivo para a realização da assembleia solicitada.

Da Apresentação Institucional e Análise de Ativos da Caixa Econômica Federal: Dando continuidade à pauta, registrou-se a participação, via videoconferência pela plataforma Google Meet, dos representantes da Caixa Econômica Federal: os Srs. Gilmar Chapievsky, Raphael Bitencourt Castagnoli e a Sra. Rejane CIT. Os técnicos da instituição financeira discorreram amplamente sobre o cenário macroeconômico atual e apresentaram a grade de fundos de investimento administrados pela Caixa que se encontram elegíveis para receber aportes do CAPSIRATI. Durante a exposição, os representantes apresentaram um estudo comparativo detalhado de desempenho entre o principal fundo atualmente utilizado pelo Instituto junto à instituição — o Caixa Brasil Matriz FI RF Ref DI LP — e outras alternativas da grade. Como destaque estratégico para o atual momento de mercado, foi sugerido o fundo Caixa Topázio FIF Renda Fixa Referenciado DI LP (CNPJ: 11.061.230/0001-87). Os palestrantes enfatizaram que o fundo Caixa Topázio se apresenta como uma excelente alternativa tática por cumprir rigorosamente os requisitos regulatórios para Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) mesmo sem a exigência de certificação do Pró-Gestão. Ademais, justificou-se que a migração ou utilização do fundo Caixa Topázio mostra-se oportuna, uma vez que, por restrições técnico-operacionais momentâneas, o CAPSIRATI encontra-se impossibilitado de realizar novos aportes no fundo Caixa Brasil Matriz. Os técnicos da Caixa ponderaram, inclusive, que as projeções e a estrutura do fundo Matriz indicam que ele poderá deixar de ser o veículo mais adequado para futuras alocações do RPPS no médio e longo prazo. Os membros do comitê agradeceram a apresentação, sanaram dúvidas técnicas sobre as taxas de administração e as condições de liquidez dos ativos expostos e deliberaram por submeter o material à análise complementar da consultoria LEMA para subsidiar futuras decisões de movimentação.

DOS ENCAMINHAMENTOS

O Comitê de Investimentos, após avaliar todas as exposições técnicas, pareceres emitidos e relatórios de risco apresentados, deliberou formalmente por:

1. **Homologar os relatórios de acompanhamento** da carteira de investimentos e de risco de mercado (Parecer nº 005/2026) relativos ao mês de maio de 2026, validando a estratégia defensiva em Renda Fixa diante do cenário de volatilidade fiscal e monetária doméstica.
2. **Autorizar a execução do resgate de R\$ 7.556.000,00** (sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais) do fundo Caixa Brasil Matriz FI RF Ref DI LP, vinculando esses recursos especificamente para o fluxo de pagamento das folhas salariais de junho e julho de 2026, bem como da primeira parcela do décimo terceiro salário, sendo resgatados de acordo com as demandas de pagamento da folha em tempo hábil para efetivo pagamento.
3. **Direcionar a aplicação do aporte de R\$ 1.700.000,00** (um milhão e setecentos mil reais), previstos para ingressar entre junho e julho, no fundo BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID, em perfeita consonância com a Resolução CMN nº 5.272/2025.
4. Suspender preventivamente qualquer alocação de recursos nos ativos de vértice sugeridos (como o BB Previd RF TP Vértice 2035 FI), bem como reter novas movimentações propostas pela Caixa Econômica Federal (Caixa Topázio), até que a consultoria LEMA Economia & Finanças conclua o estudo de Asset Liability Management (ALM) planejado para agosto de 2026.
5. **Ratificar o apoio institucional à mobilização nacional de cotistas** do fundo imobiliário FII CARE11, tomando ciência do Ofício nº 134/2026/IPMC protocolado unificadamente perante a Administradora Mérito DTVM, e registrar o suporte técnico e jurídico que a LEMA continuará prestando ao Instituto no acompanhamento do ativo estressado.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar o Comitê declarou encerrada a reunião, da qual eu, na qualidade de membro, lavrei a presente ata que, após lida e considerada conforme em todos os seus termos, segue assinada eletronicamente pelos membros presentes e encaminhada para publicação legal.

Irati (PR), 16 de junho de 2026

 **Antonio S Martins,**  **Fernando J dos Anjos,**  **Rozenilda R Bárbara**